

## Accounts

Tradução inédita em português do artigo originalmente publicado na *American Sociological Review*

**Marvin B. Scott e Stanford M. Lyman**

Traduzido por **Ana Beatriz Duarte**

Neste artigo, um clássico da etnometodologia, publicado em 1968 na *American Sociological Review* (nº 33, Vol. 1, pp. 46-62), e depois como capítulo do livro *A Sociology of the Absurd*, em 1970 (Republicado em 1989 em edição revista e ampliada e ainda ativa até hoje), os sociólogos Marvin B. Scott, então chefe do Departamento de Sociologia da Sonoma State College, em Rohnert Park, California, e Stanford M. Lyman (morto em 2003), na época professor associado da University of California, San Diego, exploram o conceito de *account*, nas palavras deles “uma afirmação feita por um ator social para explicar um comportamento imprevisto ou impróprio”. Relativamente datado nos costumes que apresenta, mas absolutamente atual em sua análise, o artigo representou uma forma, incluída na tradição que era estabelecida naquele momento por Harold Garfinkel, de dar atenção aos discursos dos atores, tornando-os parte fundamental da análise sociológica. **Dilemas** publica este texto pela primeira vez em português com permissão da American Sociological Association.

With this classical article of Ethnomethodology, first printed in 1968 in the *American Sociological Review* (nº 33, Vol. 1, pp. 46-62), and reprinted in 1970 as a chapter of the book *A Sociology of the Absurd* (which gained a new edition, extended with new chapters, in 1989, edition still available), the sociologists Marvin B. Scott, at the time Head of the Sociology Department of Sonoma State College, in Rohnert Park, California, and Stanford M. Lyman, who was then an Associated Professor at the University of California, San Diego, and died in 2003, inquire into the concept of account, in their words “a statement made by a social actor to explain unanticipated or untoward behavior”. Relatively out of date in relation to the habits it presents though absolutely up-to-date in its sociological analysis, this article, included in the theoretical tradition being established at that moment by Harold Garfinkel, constituted a form of giving attention to the actors’ speeches thus making them a crucial part of the sociological analysis.

**D**e tempos em tempos, os sociólogos bem poderiam suspender suas investigações por um instante para se perguntar se as pesquisas que desenvolvem realmente contribuem de algum modo para o questionamento fundamental da sociologia, a questão hobbesiana: como a sociedade é possível? Tentativas de respostas poderiam mesmo servir para unificar uma disciplina que pode até não ter esquecido ainda seus fundadores, mas, apesar disso, pode ter esquecido por que foi fundada.

Nosso objetivo aqui não é revisar as muitas respostas à questão hobbesiana<sup>1</sup>, mas, em vez disso, indicar que uma resposta a esse problema macrosociológico pode ser explorada de modo profícuo na análise dos mais sutis rituais interpessoais e da própria matéria-prima da qual é composta a maior parte desses rituais, a fala.

Acreditamos que a fala seja o material fundamental das relações humanas. E que, embora os sociólogos não tenham negligenciado o tema por completo<sup>2</sup>, uma sociologia da fala ainda não foi desenvolvida apropriadamente. Nossa preocupação aqui é com uma determinada característica da fala: a habilidade para manter de pé as vigas da sociação rompida, para estabelecer pontes entre o prometido e o executado, para consertar o que está quebrado e trazer de volta quem está longe.

Essa característica da fala envolve dar e receber o que vamos chamar de *accounts* (o ato de dar satisfação, a prestação de contas).

Um *account* é um dispositivo linguístico empregado sempre que se sujeita uma ação a uma indagação valorativa<sup>3</sup>. Tais dispositivos formam um elemento crucial na ordem social, visto que, construindo pontes sobre o vão entre a ação e a expectativa<sup>4</sup>, evitam o surgimento de conflitos. Além disso, os *accounts* são “situados” de acordo com os status dos interactantes, e são padronizados dentro das culturas, de modo que certos *accounts* são estabilizados pela terminologia e habitualmente esperados quando a atividade extrapola o domínio das expectativas.

Entendemos por *account*, portanto, uma afirmação feita por um ator social para explicar um comportamento imprevisto ou impróprio – seja este comportamento seu ou de outra pessoa, quer o motivo imediato para a afirmação parta do próprio ator ou de alguém mais<sup>5</sup>. As pessoas não requisitam um *account* quando estão ligadas à rotina, a um comportamento de senso comum em um determinado meio cultural que o reconhece como tal. Assim, na sociedade americana, normalmente não se pergunta por que pessoas casadas mantêm relações sexuais, ou por que elas sustentam casa e filhos, embora esta última pergunta possa muito bem ser feita se tal comportamento ocorre entre os Naires do Malabar (GOODE, 1963, pp. 254-256). Essas perguntas não são feitas porque as respostas são determinadas de antemão em nossa cultura e são indicadas pela própria linguagem. Aprendemos que o significado de

1 Para uma análise e uma apresentação hoje clássica da questão hobbesiana, ver Parsons (1949, pp. 89-94)

2 Ver, por exemplo, Soskin e John (1963, pp. 228-282). Material muito sugestivo e bibliografia completa são encontrados em Hertzler (1965).

3 Um *account* mantém familiaridade com o componente verbal de um “motivo”, no sentido weberiano do termo. Weber (1947, pp. 98-99) define motivo como “um complexo de significados subjetivos que parece ao próprio ator ou ao observador uma sustentação adequada à conduta em questão”. Seguindo a definição de Weber, e com base na psicologia social de George Herbert Mead e no trabalho de Kenneth Burke, C. Wright Mills (1940, pp. 904-913) foi um dos primeiros a empregar a noção de *accounts*. A filosofia britânica contemporânea, seguindo as indicações de Ludwig Wittgenstein, (aparentemente) desenvolveu de modo independente a ideia de um “vocabulário de motivos”. Um caso exemplar é Peter (1958).

4 A questão é bem ilustrada por Toby (1952, pp. 323-327).

5 Assim, incluímos no conceito de *account* as explicações não verbais, mas ainda assim linguísticas, que surgem na “mente” de um ator quando ele questiona seu próprio comportamento. No entanto, nosso foco são os *accounts* vocalizados e especialmente os que são dados face a face.

“casal” é: duas pessoas de sexos opostos que têm o direito legítimo de manter relações sexuais e criar seus filhos em um ambiente doméstico. Quando tais fenômenos tidos como óbvios são questionados, o inquiridor (se for um membro do mesmo grupo cultural) é visto como “apenas um gozador” ou talvez uma pessoa “doente”<sup>6</sup>.

Para especificar nosso interesse mais precisamente, devemos, neste ponto, fazer a distinção entre *accounts* e um fenômeno correlacionado, as “explicações”. Estas se referem às declarações sobre eventos em que uma ação imprópria não é uma questão e não tem implicações graves para a relação. Muito do que vale para *accounts* também servirá para explicações, mas nosso interesse recai, sobretudo, nas formas linguísticas apresentadas para ações impróprias. Feita essa ressalva, podemos agora partir para a especificação da natureza e dos tipos de *accounts*.

### Tipos de *accounts*

Distinguimos, de maneira geral, dois tipos de *accounts*: *desculpas e justificativas* (ou justificações) (AUSTIN, 1961, pp. 123-152). Pode-se invocar uma delas ou ambas quando uma pessoa é acusada de ter feito algo “ruim, errado, inepto, indesejável ou, em algumas de numerosas possibilidades, impróprio” (AUSTIN, 1961, p. 124). Justificativas são *accounts* em que alguém aceita a responsabilidade pelo ato em questão, mas renega a qualificação pejorativa associada a tal ato. Deste modo, um soldado em combate pode admitir ter matado, embora negue ter realizado um ato imoral, já que aqueles que ele matou eram membros de um grupo inimigo e, conseqüentemente, “mereciam” esse destino. Desculpas são *accounts* em que alguém admite que o ato em questão seja ruim, errado ou inapropriado, mas nega ter plena responsabilidade sobre ele. Assim, nosso soldado em combate poderia admitir que matar é errado, mas alegaria que seus atos não são travados apenas por sua vontade: está “cumprindo ordens” e tem de obedecer. Com estes comentários iniciais, podemos agora voltar nossas atenções a um exame mais detalhado dos tipos de justificativas e desculpas.

<sup>6</sup> Além disso, espera-se que sejam mantidos entendimentos de bom senso que violem o conhecimento cognitivo difundido, como os colocados em afirmações como “O sol nasce toda manhã e se põe toda noite”, ou aquele presente na percepção de que uma vareta retilínea imersa em água passa a parecer torta. Pessoas que insistem na frase astronômicamente correta sobre a relação da Terra com o Sol podem ser consideradas oficiosas ou didáticas, enquanto que aquelas que “veem” uma vareta reta em uma piscina podem ser consideradas portadoras de problema de vista. Para uma discussão relevante sobre reações sociais a questionamentos sobre fenômenos *taken for granted*, ver Garfinkel (1964, pp. 225-250) e Garfinkel (1963, pp. 187-238).

Desculpas são vocabulários socialmente aprovados para mitigar ou aliviar a responsabilidade quando a conduta é questionada. Podemos distinguir inicialmente quatro modelos segundo os quais desculpas são tipicamente formuladas<sup>7</sup>: *apelo a acidentes*, *apelo à anulação*<sup>8</sup>, *apelo a determinações biológicas* e *uso de bode expiatório*.

Desculpas que alegam ser um acidente a origem ou a consequência de uma conduta suavizam (se não aliviam) a responsabilidade, apontando para os riscos amplamente reconhecidos naquele ambiente, para a compreensível ineficiência do corpo e para a incapacidade humana de controlar todas as respostas motoras. A desculpa de acidente é aceitável precisamente por causa da irregularidade e da raridade da ocorrência de acidentes com qualquer e todo ator. Dessa maneira, porque os riscos são numerosos e onipresentes, normalmente não se espera que uma pessoa em particular experimente o mesmo acidente com frequência. Em outras palavras, atores sociais empregam uma versão leiga de curvas estatísticas por meio das quais interpretam certos atos como fenômenos que ocorrem, ou não, exclusivamente por obra do acaso. Quando uma pessoa age de modo a passar várias vezes pelo mesmo tipo de acidente, tende a ser rotulada – como “desajeitada”, por exemplo – e estigmatizada. Dessa maneira, outros atores são alertados a não a submeter, ou a eles mesmos e suas posses, ao perigo, evitando criar um ambiente em que o ator em questão passe por acidentes constantes. Invocar assiduamente uma desculpa fundada em um acidente que não se pode observar ou investigar – como quando se põe a culpa pelo atraso no engarrafamento – pode levar a seu descrédito. Desculpas baseadas em acidentes têm maior chance de ser acatadas justamente porque não acontecem o tempo todo ou na maioria das vezes com o mesmo ator<sup>9</sup>.

Apelos à anulação (HART, 1960, pp. 145-166) também são formas possíveis de desculpa, dada a concordância universal de que toda ação contém uma dose de “elemento mental”. Os componentes do elemento mental são “conhecimento” e “vontade”. Uma pessoa pode defender-se contra uma acusação alegando não ter sido totalmente informada ou que sua “vontade” não estava completamente “livre”. Assim, um indivíduo pode se desculpar da responsabilidade alegando que certa informação não lhe estava acessível; se estivesse, teria tido outro comportamento. Além disso, ele pode alegar ter agido de certa maneira

7 Tais tipos de desculpas devem ser tomadas como ilustração, não como uma lista definitiva.

8 Embora os autores tenham usado originalmente um termo jurídico, *defeasibility*, e haja um correspondente a esse termo, o neologismo *derrotabilidade*, oriundo dele e também de uso judicial, referindo-se ao tipo de caso em que o ator não possui livre arbítrio diante de uma situação, preferimos esta tradução, a fim de deixar seu sentido mais claro (N.E.)

9 Somente em situações em que nada é deixado para o acaso – como entre os Azande, que explicam infortúnios particulares como obra de bruxaria ubíqua –, é improvável encontrar desculpas de acidente. O povo Zande não afirma que a bruxaria seja a única causa dos fenômenos; ele tem uma abordagem “prática” e “realista” para eventos que desfrutariam de apoio consensual por parte de observadores ocidentais. Entretanto, os Zande justificam o que ocidentais chamariam de “acaso” ou “coincidência” com alusões à bruxaria. E. E. Evans-Pritchard (1937, p.70) diz: “Não temos explicação para o fato de as duas correntes de causalidade [que criam uma catástrofe] haverem se interceptado em determinado momento e em determinado lugar, pois não há qualquer interdependência entre elas. A filosofia Zande pode suprir o elo perdido... É a bruxaria... A bruxaria explica a coincidência destes dois acontecimentos”.

por causa de mal-entendidos provocados pela má interpretação, intencional ou inocente, dos fatos por parte de outrem. Uma desculpa baseada na interferência sobre o “livre arbítrio” de um indivíduo pode invocar uma influência coercitiva ou desmedida. Finalmente, tanto a vontade quanto o conhecimento podem estar debilitados por certas condições. Invocar tal alteração normalmente constitui uma adequada mitigação de responsabilidade – são exemplos a intoxicação (por álcool ou drogas) e a insanidade (temporária ou permanente).

No cotidiano e na lei, as ações de uma pessoa são geralmente distinguidas de acordo com sua intenção. Além disso, a intenção dessa pessoa é também diferenciada das consequências de suas ações. Quando uma ação é questionada, um ator pode alegar falta de intenção ou incapacidade de antever as consequências de seu ato, ou ambos. Se a ação envolve uma reação motora – como, por exemplo, esbarrar em um vaso –, a situação não é muito diferente daquela classificada como acidente. Quando ações para além de reações motoras estão em pauta, a intenção e a capacidade de antevisão do ator podem ser questionadas. “Por que você a fez chorar?”, pergunta o acusador. As estratégias de apresentação da resposta a essa pergunta dão margem a diversas maneiras de derrotar a alegação central nela implicada, a saber, a de que o ator pretendia, com pleno conhecimento, fazer a moça chorar. O acusado pode simplesmente negar qualquer intenção de sua parte de ter causado o resultado assumidamente infeliz. Entretanto, normalmente os homens atribuem uns aos outros alguma medida de antevisão para suas ações, de modo que uma simples negação de intenção pode não ser levada em consideração, se aparentemente a consequência da ação foi de fato o que outra pessoa poderia esperar e, portanto, o que o ator pretendia.

Além de negar intencionalidade, um ator pode também negar conhecer a consequência. A negação mais simples é a não admissão cognitiva: “Eu não sabia que provocaria seu choro com o que fiz”. Mas essa negação de consciência em geral não é acatada, especialmente quando os interactantes conhecem bem uns aos outros e se espera que todos tenham uma visão mais completa das consequências de seus atos. Uma negação mais complexa – a não admissão da gravidade – implica reconhecer a possibilidade do resultado em questão, mas também sugere a impossibilidade do cálculo de sua probabilidade: “Eu sabia que o assunto era sério, mas não sabia que lhe contar a faria chorar”.

Outro tipo de desculpa invoca as determinações biológicas. Essa invocação é parte de uma categoria mais ampla de forças “fatalísticas” que, em várias culturas, são consideradas, em maior ou menor escala, controladoras de alguns ou mesmo todos os eventos. Culturas dominadas por orientações<sup>10</sup> de feitos universalistas tendem a dar sustentação parca e ambígua a interpretações fatalistas dos acontecimentos, mas raramente as desmentem por completo. Prestar conta de toda a vida de alguém ou de eventos que se acredita controlados pela consciência, pela vontade e pelas habilidades do ator é deixar a pessoa vulnerável ao fardo da doença mental ou da desorganização<sup>11</sup> da personalidade. Por outro lado, estudos recentes enfatizaram o papel do elemento situacional na predisposição de certas pessoas e grupos na sociedade americana para o que pode ser visto como uma visão fatalística “normalizada” de sua condição. Assim, por exemplo, negros (CAYTON, 1951, pp. 276-290; KARON, 1958, pp. 8-53, 140-160) e adolescentes delinquentes (MATZA, 1964) são vistos e tendem a ver a si mesmos como agentes com menor controle das forças que delineiam suas vidas do que brancos ou adultos de classe média.

Entre os itens fatalísticos mais prováveis de serem invocados como desculpas estão as determinações biológicas. Apesar de a cultura ocidental ressaltar, desde o final do século XIX, a personalidade e o ambiente social como elementos causais da ação humana, ainda existe uma crença popular na eficácia do corpo e na determinação de fatores biológicos no comportamento humano. Lugares-comuns como “os homens são assim” são abreviações da crença de que características sexuais governam o comportamento em detrimento da vontade do ator. É precisamente porque o corpo e seu comportamento biológico estão sempre presentes, mas nem sempre são levados em conta pela ciência ou pela sociedade, que recorrer a esse corpo pode constituir-se como desculpa. O corpo e suas funções internas gozam em parte do status do estranho sociológico conforme concebido por Simmel, isto é, ele está sempre conosco, mas permanece misterioso. Portanto, determinações biológicas podem ser creditadas como influência ou causa pelo menos de parte do comportamento de cuja plena responsabilidade os atores desejam livrar-se.

10 Para uma discussão geral sobre culturas em termos de suas orientações “fatalistas” ou de conquistas universalistas, ver Talcott Parsons (1954, pp. 386-439). Consultar também Parsons (1951).

11 Assim, nos mais famosos estudos sobre a psicodinâmica do preconceito, uma das características da personalidade intolerante ou “autoritária” é a “externalização”, ou seja, a atribuição da causalidade de eventos que se acreditam dentro do poder ou compreensão racional do ator a forças incontroláveis para além de sua influência ou entendimento. Ver Adorno, *et alli.* (1950, pp. 474-475). Ver ainda Allport (1958, p. 379). Em estudo recente, a insistência de um taxista nem sempre empregado de que inevitavelmente haveria uma revolução após a qual o mundo seria dominado por negros e judeus é lembrada como um sinal precoce de que ele sofre de doença mental. Yarrow *et alli.* (1967), p. 35.

A invocação de determinações biológicas é, normalmente, um apelo ao apetite sexual, natural mas incontrolável. Entre a primeira e a segunda gerações de italianos nos Estados Unidos, o reconhecimento e o medo do ato sexual induzido biologicamente servem aos homens tanto como desculpa para relações sexuais pré e extramaritais, quanto como justificativa para não ficarem sozinhos como mulheres inelegíveis ao coito. Um estudioso da cultura italo-americana observa (GANS, 1962, p. 49)<sup>12</sup>:

O que os homens temem é sua própria capacidade de autocontrole. Essa atitude, mais forte entre jovens e solteiros, em geral permanece na fase adulta. A tradicional crença de que relações sexuais são inevitáveis quando um homem e uma mulher ficam sozinhos é mantida intacta entre a segunda geração de italianos, e perdura até mesmo quando o interesse sexual está em declínio. Por exemplo, me contaram o caso de uma mulher mais velha cujo apartamento era colado ao de um parente homem solteiro. Embora tenham vivido no mesmo prédio por quase vinte anos e tenham se visto todos os dias, por causa dessa crença ela nunca esteve uma vez sequer no apartamento dele.

Algumas culturas já esperam que a determinação biológica seja usada como desculpa. Não invocar essa desculpa, e usar qualquer outra, constitui um *account* inapropriado. Oscar Lewis (1961, p. 475) nos dá um exemplo em sua etnografia de uma família mexicana. Uma esposa traída rejeita furiosamente a explicação de seu marido imprevisível, segundo o qual as manchas vermelhas em sua camisa são tinta que grudou quando estava no trabalho. Ela sugere veementemente, ao recontar o incidente, que teria aceitado uma desculpa que apelasse para os instintos sexuais de seu marido:

E ele quase me fez acreditar que era mesmo tinta vermelha! Não é que eu esteja com ciúmes. Entendo que um homem nunca fique satisfeito com uma mulher só, mas o que eu não posso aguentar é que me façam de idiota.

Homossexuais também dão satisfação sobre seu desejo sexual desviante invocando o princípio da natureza biológica básica. Como um homossexual coloca (WESTWOOD, 1960, p.46):

12 De acordo com outro estudioso da vida italo-americana, membros dessa subcultura que moram no gueto acreditam que “para ter saúde, um homem precisa fazer sexo a determinado intervalo” (FOOTE WHYTE, 1943, p. 26)

Faz parte da natureza. Você não consegue mudar, não importa quantas injeções e pílulas você tome.

Outro elemento biológico que pode ser utilizado como desculpa é a própria forma do corpo. Tipos de corpos são definidos não apenas em termos puramente anatômicos, mas também, e talvez de modo mais essencial, em termos de significados sociais compartilhados. Desse modo, pessoas gordas podem se desculpar por sua gargalhada excessiva apelando para o provérbio amplamente aceito que diz que gordos são mais alegres. De modo semelhante, pessoas que se pareçam com o estereótipo do “criminoso”<sup>13</sup> podem até ser absolvidas de culpa por pequenos furtos e por seu jeito grosseiro porque seu visual provava de antemão suas intenções, e, portanto, as vítimas deveriam ter se prevenido. A sentença “ele me parece desonesto” serve como aviso para que pessoas ao redor avaliem cuidadosamente o caráter e as intenções da pessoa designada, já que seus traços indicam más intenções.

Nosso último tipo de desculpa é o uso de bode expiatório. Essa prática deriva de outra forma de raciocínio fatalístico. Ao usar essa forma, a pessoa alega que o comportamento posto em questão é uma resposta ao comportamento ou atitude de outra pessoa. Certa teoria psicológica considera esse fenômeno indicativo de transtorno de personalidade e, se manifestado em conjunto com outros traços característicos, um sinal de personalidade autoritária (ADORNO, p. 233)<sup>14</sup>. Nossa discussão deixa de lado preocupações clínicas e patológicas para lidar com o estado “normal”, no qual indivíduos livram-se do ônus da responsabilidade e o depositam sobre outra pessoa. Entre a classe trabalhadora do México, por exemplo, mulheres ocupam uma posição claramente secundária em relação à dos homens; o casamento traz uma perda de status para estes; e relações sexuais são vistas de modo ambivalente: é algo saudável e natural, mas também um mal necessário (DE HOYOS e DE HOYOS, 1966, pp. 102-115; pp. 103-107). Esse conjunto de orientações predispõe homens e mulheres a atribuir muitas de suas fraquezas às mulheres. A autobiografia de uma menina mexicana nos fornece um exemplo (LEWIS, 1961, p. 143):

Eu sempre me metia em brigas porque algumas meninas são umas víboras; elas ficam com ciúmes, contam mentiras sobre as colegas e causam problemas.

13 Para um interessante estudo mostrando que criminosos acreditam que o poder de atração física de um colega criminoso varia com o tipo de crime (ladrões são os mais atraentes, assassinos, os menos; estupradores são mais atraentes que pedófilos etc.), ver Corsini (1959, pp. 49-51).

14 Allport (1958, pp. 235-249) sugere a historicidade e o caráter único de cada caso do uso de bode expiatório.

De modo semelhante, um jovem mexicano, que não consegue um encontro com uma garota para quem se exibiu na bicicleta, explica (LEWIS, 1961, p. 202):

Ela me meteu em encrenca com meu pai, mentindo sobre mim. Ela disse que tentei derrubá-la com a bicicleta, e tudo o que fiz foi ficar dando voltas espiando.

Em outro caso, o mesmo jovem atribui sua impertinência ao fato de que a garota que ele realmente amava era sua meio-irmã e, por conseguinte, não estava disponível para sexo ou para casamento (LEWIS, 1961, p. 86):

Por causa de Antonia, comecei a ficar longe de casa. Esta foi uma das principais razões que me fizeram entrar pra vadiagem e procurar problemas.

Assim como as desculpas, as *justificações* são vocabulários socialmente aprovados que neutralizam um ato ou suas consequências quando um ou ambos são questionados. Mas aqui está a diferença fundamental: justificar um ato é afirmar seu valor positivo em face à alegação do contrário. As justificações reconhecem um sentido geral em que o ato em questão não é permitido, mas alegam que uma ocasião em particular permite ou mesmo exige o tal ato. As leis que regulam o direito de tirar a vida de outros indivíduos são um caso ilustrativo. As jurisprudências americana e inglesa não convergem de modo algum sobre definições ou mesmo sobre a natureza dos atos em questão. Em geral, porém, um homem pode justificar ter tirado a vida de outra pessoa alegando ter agido em legítima defesa, em defesa da vida ou da propriedade de outros, ou em ação contra um inimigo confesso do Estado.

Para uma lista experimental de tipos de justificativas, voltamos ao que tem sido chamado de “técnicas de neutralização” (SYKES e MATZA, 1957, pp. 667-669). Embora essas técnicas tenham sido discutidas com respeito aos *accounts* apresentados por delinquentes juvenis que praticaram ações impróprias, seu uso mais amplo ainda está por ser explorado. Serão relevantes para nossa discussão sobre justificativas as técnicas de “negação do dano”, “negação da vitimização”, “condenação dos condenadores” e “apelo à fidelidade”<sup>15</sup>.

15 Outra técnica de neutralização mencionada por Sykes e Matza, “negação de responsabilidade”, é incluída em nosso esquema sob “apelo à anulação”.

Na *negação de dano*, o ator reconhece ter praticado determinado ato, mas assevera ter sido tal ato legítimo, já que ninguém saiu prejudicado, ou que ninguém com quem a comunidade precise se preocupar esteve envolvido, ou ainda que o ato teve consequências insignificantes. Esse mecanismo de justificação pode ser usado com relação a pessoas ou objetos. A negação de dano a uma *pessoa* sugere que ela é vista como “merecedora” em um sentido especial: tem coisas boas demais, ou é uma pessoa “privada” (“meus amigos”, “meus inimigos”) que não tem reputação para alegar o dano em público ou ser reconhecida como prejudicada. A negação de dano a um *objeto* envolve a redefinição do ato como algo isento de dano ao objeto (por exemplo: “pegar emprestado” o carro não configura roubo).

Na negação da *vitimização*, o ator expressa que sua ação foi legítima porque a vítima merecia o dano. Quatro categorias de pessoas são normalmente entendidas como merecedoras de dano. Primeiro, os adversários mais próximos (ou seja, aqueles que prejudicaram diretamente o ator); segundo, aqueles incumbidos de papéis discrepantes da norma (por exemplo, homossexuais, prostitutas, cafetões); terceiro, grupos com estigmas tribais (por exemplo, minorias raciais e étnicas); e, finalmente, adversários distantes, isto é, pessoas incumbidas de papéis tidos por dúbios ou prejudiciais (por exemplo, “branquelos”, “comunistas”, “políticos”). Além das categorias de pessoas, há os objetos entendidos como merecedores de dano. Para começar, a propriedade de pessoas de quaisquer das categorias supracitadas pode ser foco de ataque, sobretudo se ela é símbolo do status do dono. Assim, rasga-se as roupas de uma prostituta, esmaga-se o martelinho de um político<sup>16</sup>, e assim por diante. Em segundo lugar, há os objetos que têm uma identidade neutra ou ambígua com relação à propriedade (por exemplo, um banco de praça). Um foco final de objetos atacados é aquele formado por coisas de valor baixo ou comprometido (por exemplo, coisas consideradas lixo ou bregas).

Ao usar o mecanismo de *condenação dos condenadores*, o ator admite desempenhar um ato impróprio, mas defende sua irrelevância diante do fato de que outras pessoas cometeram atos iguais ou piores e não foram presas, punidas, condenadas, passaram despercebidas ou foram até elogiadas.

16 Nos estados Unidos, gavel (o tipo de martelo usado em leilões ou por juízes) refere-se também ao martelo usado pelos presidentes de casas legislativas para manter a ordem. O termo, serve, então, também como metáfora para a posição de poder, e “esmagar o martelinho” corresponderia a depor um político (N.T.).

Outra técnica neutralizadora é o *apelo à lealdade*. Aqui o ator declara que seu ato foi legítimo ou mesmo correto, pois serviu aos interesses de pessoas a quem ele deve fidelidade ou afeto inviolável<sup>17</sup>.

Além das “técnicas de neutralização”, dois outros tipos de justificação devem ser mencionados: “histórias tristes” e “realização pessoal”. Uma *história triste* é uma combinação de fatos selecionados (e geralmente distorcidos) que destaca um passado extremamente desolador que “explica” o estado atual do indivíduo (GOFFMAN, 1961, pp. 150-151)<sup>18</sup>. Como exemplo, vejamos o que narra um paciente psiquiátrico (GOFFMAN, 1961, p. 152):

Eu fazia mestrado à noite e ainda tinha um emprego. A carga ficou muito pesada pra mim.

Um homossexual dá satisfações de seu desvio atual com a seguinte história triste (WESTWOOD, 1960, p. 32):

Eu fazia parte de um círculo gay bastante sofisticado na universidade. Era gay no sentido de que nós todos éramos muito afetados, com “meu querido” no começo de cada frase, mas praticamente não havia sexo, e, no meu caso, não havia nenhum mesmo. A mudança aconteceu quando eu fui a uma festa e flertei com um oficial da Marinha Mercante, que me levou a sério e me trancou num quarto. Ali estava eu, o grande sofisticado que, na hora H, estava super cru, completamente inexperiente. Tenho que confessar que aquele marinheiro me causou um choque e tanto. Não posso dizer que tenha gostado muito, mas, logo depois, comecei a cair na cama com qualquer um.

Finalmente, podemos mencionar um tipo particularmente moderno de justificação, a *autorrealização*. Entrevistando usuários de LSD e homossexuais em um distrito de São Francisco, ficamos perplexos com a importância da realização pessoal como base para as atividades relacionadas. Como relata um *acid head* (Entrevista gravada. Maio, 1967):

O único propósito de tomar a coisa é o autodesenvolvimento. O ácido expande a consciência. Meus olhos já viram a glória – você pode dizer o mesmo? Nunca soube da minha capacidade até ter viagens de ácido.

17 Notemos que o apelo à lealdade poderia ser uma *desculpa* se o argumento incorre em que X fez A por estar sob dominação ou amor de Y, ou por estar sob coerção do mal que Y lhe causaria se X não agisse (por exemplo, perda de amor, chantagem etc.). Em outras palavras, o apelo à lealdade é uma desculpa se X admite que fazer A foi um mal, mas se recusa a monopolizar a responsabilidade por A.

18 O triste conto envolve o modelo mais dramático do processo geral de reconstrução de biografia pessoal por meio do qual – por exemplo – um marido pode apresentar um *account* por seu divórcio reconstruindo a história dos eventos anteriores em uma escala ascendente que culmina na separação final. A ideia de uma reconstrução de biografia é um tema recorrente na obra de Alfred Schutz. Ver, dele, Schutz (1962). Um breve e claro resumo da contribuição de Schutz sobre reconstrução de biografia pode ser encontrado em Berger (1963, pp. 54-65). Valendo-se do trabalho de Schutz, Garfinkel (1962, pp. 689-712) detalha o conceito de reconstrução de biografia em uma série de experimentos sobre “leitura retrospectiva” da ação social. O uso empírico do conceito de leitura retrospectiva da ação é belamente ilustrado por Kitzuse (1964, pp. 87-102).

Uma lésbica (Entrevista gravada. Junho, 1967):

Todos têm o direito à felicidade e ao amor. Fui casada uma vez. Era o inferno. Mas agora me sinto realizada como pessoa e como mulher.

Devemos notar também que os usuários de drogas e os homossexuais entrevistados (em São Francisco) que invocaram a justificativa da realização pessoal não pareciam ver nada de “errado” em seu comportamento. Eles indicaram ou um desejo de ficar em paz ou de esclarecer o que eles consideravam ser o *establishment* não esclarecido.

### **Acatando *accounts* e expectativas prévias**

*Accounts* podem ser acatados ou não. Se um *account* é acatado, podemos dizer que foi eficaz e o equilíbrio do relacionamento é, deste modo, restaurado. A situação mais comum em que *accounts* são acatados são os encontros interrompidos por “incidentes” – escorregadelas, tolices ou gafes que introduzem informação perniciosa para o que, de outro modo, seria uma conduta suave dos interactantes (GOFFMAN, 1961b, pp. 45-48). Em geral, uma simples desculpa bastará, ou os outros interactantes empregarão artifícios de acobertamento para restaurar o *status quo ante*. Uma situação correlacionada é aquela em que um indivíduo intui que algum incidente ou evento coloca em questão a imagem que ele procura apresentar de si. “Nesses casos”, diz um estudante especializado em gerenciamento de imagem, “o indivíduo provavelmente vai tentar consertar os eventos inconvenientes por meio de pedidos de desculpa, oferta de pequenas desculpas e negações; por acaso, ele também vai tentar livrar sua cara por meio dos mesmos atos” (GOFFMAN, 1961b, p. 51).

Uma das variáveis que determinam o acatar ou não de um *account* é o caráter do círculo social no qual ele é introduzido. Como vimos anteriormente, vocabulários de *accounts* tendem a se tornar rotineiros dentro de culturas, subculturas e grupos; e alguns tendem a ser exclusivos do círculo em que são empregados. Um viciado em drogas pode ser capaz de se justificar em um ambiente boêmio, mas não nos tribunais. De modo similar,

em uma mesma situação, parentes e amigos podem aceitar desculpas dadas, mas estranhos dificilmente o fariam. Finalmente, enquanto ignorar as consequências de um ato ou sua proibição pode desculpar um indivíduo em diversos círculos, a Justiça rejeita explicitamente essa noção: “A ignorância da lei não absolve ninguém; não que todos os homens conheçam a lei, mas, se não fosse assim, todos pleiteariam essa desculpa, e não seria possível contra-argumentar” (SELDEN, 1696, p. 552n).

Tanto o *account* dado pelo *ego* quanto o acatá-lo ou não por parte do *alter* vão depender em última instância das *expectativas prévias* dos interactantes. Por *expectativas prévias* entendemos os conjuntos de pressupostos *taken-for-granted* que permitem aos interactantes interpretar comentários antes de mais nada como *accounts*<sup>19</sup>. Questionada sobre seu estado deprimido e desanimado, uma pessoa pode responder: “Tenho problemas na família”. O comentário será tomado por um *account* e provavelmente vai ser acatado, porque “todos sabem” que “problemas na família” são de fato motivo para depressão.

Este último exemplo sugere que certos *accounts* podem se encaixar em uma variedade de situações. Assim, em resposta a uma ampla gama de perguntas – Por que você não se casa? Por que você está num acesso de depressão? Por que você está bebendo tanto? –, o indivíduo pode responder com: “Estou tendo problemas na família”. A pessoa que apresente esse *account*, mesmo que não o veja como verdadeiro, sabe que invocá-lo tem certas compensações para a interação: como as pessoas não podem dizer que não o entendem – são *accounts* que fazem parte do conhecimento socialmente compartilhado daquilo que “todos sabem” –, a indagação pode ser interrompida.

Claramente, então, um único *account* vai servir para uma ampla coleção de eventos, e a eficácia de tais *accounts* depende de um conjunto de *expectativas prévias* compartilhadas.

Ao interagir com outros, o indivíduo socializado aprende um repertório de *expectativas prévias* que são apropriadas para uma variedade de pessoas. Por isso, o indivíduo “normal” muda seu *account* para diferentes papéis de outro. Uma esposa pode ser compreensiva com seu marido que está deprimido porque seu time de futebol perdeu uma partida do campeonato, mas o mesmo *account* de depressão vai parecer grotesco se apresentado ao patrão. Assim, as *expectativas prévias* são o meio não apenas para acatar, mas também para não acatar *ac-*

19 O termo é tomado de Harold Garfinkel. Além das notas já mencionadas sobre ele, ver Garfinkel (1968). Para uma discussão original sobre como o significado de um *account* depende das *expectativas prévias* e para uma metodologia para o estudo do tema, ver Sacks (1966).

*counts*. Quando um milionário justifica sua depressão dizendo que é um fracassado, as pessoas ao redor vão ficar confusas, já que “todo mundo sabe” que milionários não são fracassados. A incapacidade de invocar *accounts* apropriados de acordo com a ocasião, isto é, *accounts* que estejam ancorados nas expectativas prévias da situação, será muitas vezes tomada como um sinal de doença mental<sup>20</sup>. Há razões, portanto, para atribuir a indivíduos normais o conceito de “não estúpido” em lugar de “não doentes”<sup>21</sup>. A pessoa rotulada como doente se comportou, para sua cultura e sociedade, “estupidamente”: ela apresenta *accounts* não apropriados à situação de acordo com as expectativas prévias definidas culturalmente<sup>22</sup>.

Com frequência, um *account* é desacreditado por causa da aparência da pessoa que o apresenta. Quando uma garota presta contas por voltar tarde para casa depois de um encontro dizendo que o filme era muito longo – que nenhum evento impróprio ocorreu e que ela ainda mantém sua virgindade –, sua mãe pode não acreditar no *account* notando a agitação da filha. Indivíduos têm consciência de que a aparência pode servir para creditar ou desacreditar *accounts* e, por isso, compreensivamente, se esforçam para controlar a aparência por meio de um vasto repertório de atividades de “administração da imagem” (GOFFMAN, 1956).

Quando um *account* não é acatado, será visto como *ilegítimo* ou *irracional* (*unreasonable*). Um *account* é considerado ilegítimo quando a gravidade do evento excede a do *account*, ou quando ele é apresentado em um círculo em que o vocabulário de motivos não é aceito. Como ilustração do primeiro caso, notamos que deixar uma tartaruga de estimação se afogar por acidente pode ser perdoado, mas deixar um bebê se afogar acidentalmente com o mesmo grau de omissão pode não ser desculpado tão facilmente. Como ilustração do segundo caso, homens que se prostituem podem conseguir provar sua masculinidade dentro de uma subcultura formada por pessoas que regularmente recorrem a atos homossexuais alegando não praticar sexo oral, mas essa defesa, em círculos heterossexuais, provavelmente não vai revogar o rótulo “veado” (REISS JR., 1964, pp. 181-210).

Um *account* é julgado *irracional* quando os motivos dados para uma ação não podem ser “normalizados” nos termos das expectativas prévias do que “todo mundo sabe”. Desse modo, quando uma secretária explicou que colocou seu braço no

20 Sobre como as expectativas prévias são usadas para determinar se uma pessoa é julgada criminosa ou doente, ver o negligenciado artigo de Aubert e Messinger (1958, pp. 137-160).

21 Essa formulação é persistentemente (e, acreditamos, corretamente) usada como argumento nos vários escritos de Ernest Becker. Ver especialmente Becker (1964) e Becker (1964b, pp. 108-133).

22 No caso de esquizofrênicos, observou-se que são indivíduos que constroem *accounts* demasiadamente elaborados – ou seja, *accounts* compreendidos como tendo sido elaboradamente construídos. Tais *accounts*, parece, “aumentam” as possibilidades de uma situação que outros consideram improvável. Assim, o marido paranoico dá um *account* por estar desvairado contando que sua mulher saiu de compras – e, para ele, ir às compras constitui-se na ocasião mais oportuna para encontrar um amante às escondidas. Se alguém questiona sua colocação, o paranoico pergunta: “Se você quisesse se encontrar com um amante, não diria a seu cônjuge que vai fazer compras?”. Para uma discussão geral, ver Becker (1964).

forno aceso porque ouviu vozes que a mandaram fazê-lo, em castigo por sua natureza má, o *account* foi usado como motivo para internação em um hospício (SECHEHAYE, 1951). Em geral, aqueles que persistem em dar *accounts* irracionais para ações questionadas tendem a ser rotulados como doentes mentais. Ou, em outras palavras, *accounts* irracionais são um índice seguro de identificação de doentes mentais. De maneira recíproca, uma pessoa rotulada como doente mental pode se livrar das piores consequências desse rótulo reconhecendo perante o psiquiatra o valor de verdade do rótulo, reconstruindo seu passado para explicar como chegou a se desviar dos padrões normais e gradualmente dando *accounts* aceitáveis (SCHEFF, 1966; GOFFMAN, 1961a).

Além da ilegitimidade e da irracionalidade, há tipos especiais de situações nas quais *accounts* não podem ser “aceitos”. Um deles é a invocação incorreta de ou “compromisso” ou “vínculo” (GOFFMAN, 1963, p. 36; 1961b, pp. 105es) em situações de *accounts* em que um ou outro, mas apenas o correto, é permitido. Por compromisso entendemos a orientação do papel no qual alguém foi investido de confiabilidade e responsabilidade para determinadas ações. Por vínculo, nos referimos ao sentido de adotar os sentimentos e a identidade de alguém em um papel. Certos status, especialmente os que lidam com atividades ou atos desagradáveis – condenados quando desempenhados por praticantes não licenciados – investem tipicamente os incumbentes apenas de compromisso, não de vínculo. O *account* de um algoz que, quando questionado sobre sua ocupação, admite sentir atração emocional por matar, tende a não ser aceito. De fato, tarefas desagradáveis em geral exercem um fascínio clandestino, mas não permissível. Por isso, aqueles que desempenham essas tarefas regularmente se colocam na defensiva, declarando seu compromisso mas não seu vínculo com elas.

Organizações apresentam *accounts* sistematicamente a seus membros em uma multiplicidade de situações. As regras de burocracia, por exemplo, disponibilizam *accounts* para ações tomadas em relação a clientes – ações que, do ponto de vista do cliente, são impróprias<sup>23</sup>. Mais uma vez, esses *accounts* “funcionam” por conta de uma série de expectativas prévias. Assim, quando alguém diz que precisa desempenhar uma ação em particular porque é regra da organização, o *ac-*

23 O tema é amplamente explorado na literatura sobre organizações formais. Para uma velha apresentação – mas talvez ainda a mais clara – sobre o tema, ver o texto de Merton (1962, pp. 48-60).

*count* é visto como ao menos razoável, já que “todo mundo sabe” que as pessoas seguem regras. É claro que a gravidade do evento pode descreditar tais *accounts*, assim como ilustram dramaticamente os tribunais de guerra nazistas<sup>24</sup>.

Em certas situações, um comportamento que normalmente requisitaria *accounts* é normalizado sem necessidade de interrupção ou qualquer exigência de um. Caracteristicamente, tais situações são falas sociais em que os valores a serem obtidos pelo encontro completo suplantam aqueles que, de outro modo, requereriam desculpas ou justificações. Dois desses valores que podem sobrepujar o requerimento de um *account* são *sociabilidade e informação*.

No caso da *sociabilidade*, o desejo de que o círculo interactante não seja interrompido por qualquer evento que possa rompê-lo exige que cada interactante julgue cuidadosamente se demandar um *account* pode ou não pôr fim ao relacionamento. Quando se trata de uma reunião de convivência, não dedicada a questões significativas – isto é, questões que tenham uma vida proativa para além do entrosamento –, os participantes podem passar por cima de erros, declarações ineptas, mentiras ou discrepâncias nas declarações dos outros. Muitas vezes, festas demandam esse comportamento, mas são vulneráveis a interrupções por alguém que viole a regra tácita de não questionar os outros muito intimamente. Em situações não críticas, em que estranhos são privilegiados por interagir como grupo principal sem direitos futuros a interação parecida – como em bares –, os interactantes podem construir biografias elaboradas e autocontraditórias sem medo de serem demandados a oferecer *accounts* (CAVAN, 1966, pp. 79-87).

Em alguns relacionamentos, os interactantes buscam obter uma *informação* do falante que será incidental em relação ao tema principal dele, mas que pode ser perdida se se pedir satisfações por uma fala desse falante. Entre os japoneses, por exemplo, o item significativo de uma conversa pode estar circunscrito por um muro verbal de trivialidades e falas supérfluas. Interromper um orador demandando um *account* pode fazer parar a conversa completamente ou desviar o orador da revelação de informações preciosas (HALL, 1966, pp. 139-144). Quando adolescentes americanos estão “jogando conversa fora”, é normalmente inapropriado desafiar o orador que esteja descrevendo suas proezas sexuais, dado que, não importa quão

24 Para um exemplo literário, ver a peça *The Investigation*, de Peter Weiss (1967).

enfeitado e exagerado seja o *account*, ele permite aos ouvintes coletar impunemente dados sobre sexo – em geral sonegados em canais regulares de educação. Pedir um *account* no meio de tais revelações, especialmente quando ele requereria uma discussão sobre a moral do orador, pode impedir os ouvintes de obter precisamente o tipo de informação que não está disponível por nenhum outro meio.

Até agora, discutimos *accounts* em termos de conteúdo, mas devemos mostrar que eles também se diferem em forma ou estilo. De fato, conforme vamos sugerir agora, o estilo de um *account* encontrará esteio em seu acatar ou não acatar<sup>25</sup>.

## Estilos linguísticos e *accounts*

Podemos distinguir cinco estilos linguísticos que enquadram a maneira pela qual um *account* será dado e com frequência indicam o círculo social em que ele será empregado de modo mais apropriado. Estes cinco estilos, que, na prática, muitas vezes se sobrepõem uns aos outros e não apresentam distinção clara no dia a dia, são: *íntimo*, *casual*, *consultivo*, *formal* e *frio* (JOOS, 1961). Tais estilos, como veremos, estão ordenados em uma escala decrescente de intimidade social (pp. 116–122)<sup>26</sup>.

O *estilo* íntimo é a forma socialmente sancionada da língua, empregada por pessoas que compartilham um relacionamento profundo, intenso e pessoal. Em geral, o grupo que o utiliza é diádico – amantes, um casal, ou amigos muito próximos. O grupo pode ser maior, mas não muito, e, quando atinge quatro ou cinco integrantes, chegou a seu limite. A forma verbal utiliza um único som ou palavra, além de jargão, para comunicar idéias inteiras. Podemos ilustrar um *account* nesse formato com a situação em que homem casado, deitado ao lado de sua mulher, a acaricia sem receber em troca uma resposta afetuosa. Ela emite uma única palavra, “quebrada”. Por este termo, o marido entende que o *account* dado em resposta à pergunta não verbalizada, “Por que você não faz amor comigo? Afinal de contas, sou seu marido e você tem obrigações maritais!”, é: “Entendo que em circunstâncias normais eu deveria responder – e de fato responderia – ao seu desejo de fazer amor, mas esta noite estou cansada demais para este tipo de atividade. Não ache que isso significa que perdi a afeição por você, ou que faço pouco caso de minhas obrigações maritais”.

25 Quando um menino é convocado a dar um *account* no meio da narração de suas proezas sexuais, ele pode simplesmente recair em silêncio não comunicativo, trocar de assunto, ou retirar-se do grupo. Para impedir quaisquer dessas atitudes, e colaborar para a continuidade da história original, os outros membros da plateia podem exigir que o orador continue como estava antes, assegurar-lhe o interesse e o apoio e reprovar veementemente, ou talvez condenar ao ostracismo, a pessoa que solicitou o *account*.

26 Cada um desses estilos linguísticos está associado a diferentes distâncias físicas entre os interactantes. Para uma discussão desse quadro, ver Hall (1966, pp. 116-122).

O estilo *casual* é usado entre iguais, membros de um grupo e estabelecidos. Ele é diferente do estilo usado por pessoas íntimas porque aqui a distância social é maior, embora ainda se mantenha dentro dos limites de um relacionamento primário. Tipicamente, emprega elipses (ou seja, omissões) e gíria. No estilo casual, determinada informação prévia é tacitamente pressuposta pelos interactantes, que podem simplesmente fazer alusão a ela para apresentar um *account*. Desse modo, entre os usuários regulares de drogas alucinógenas, a pergunta: “Por que você estava correndo nu no parque?” pode ser respondida com: “Eu estava ‘ligado’”. Com isso, o ouvinte saberá que o depoente estava sob influência de uma droga a eles familiar e que praticava uma atividade corriqueira para quem toma tal droga.

Enquanto cada estilo difere por intensidade daquele a ele justaposto, a diferença entre dois estilos intercalados por um intervalo na supracitada escala de intimidade social é de tipicidade. Os estilos íntimo e casual se diferenciam apenas em grau e sugerem uma leve mas significativa diferença em distância social entre os interactantes. Os estilos consultivo e íntimo, porém, diferenciam-se por tipicidade. O estilo consultivo é a forma verbal normalmente empregada quando o nível de informação de um dos interactantes é desconhecido ou é um problema para os demais. É característico nessa interação que o orador forneça a informação prévia que não sabe se o ouvinte possui, e o ouvinte participe constantemente por meio de sinais e gestos que indicam que ele entende o que está sendo dito ou que requer mais informação prévia. *Accounts* nesse formato têm um elemento definitivo de “objetividade”, ou seja, de termos não subjetivos e técnicos. O indivíduo que oferece um *account* confia na referência a coisas e ideias fora do domínio íntimo e pessoal. Em resposta à pergunta: “Por que você está fumando maconha? Não sabe que é perigoso?”, pode-se responder: “Fumo maconha porque todo mundo que leu o Relatório Laguardia sabe que ela não leva ao vício”. Uma resposta casual poderia ser simplesmente: “Não seja quadrado”.

O estilo *formal* é empregado quando o grupo é grande demais para que a coparticipação informal seja constante na interação. Em geral, é adequado a ocasiões em que um ator se dirige a uma platéia composta por mais de seis pessoas. Os ouvintes têm que esperar a vez para responder, ou, caso interponham comentários, sabem que protagonizam um even-

to inapropriado e que a situação precisará ser reestruturada. Orador e platéia estão em papéis ativo e passivo, respectivamente, e, se o grupo é grande o suficiente, podem ser obrigados a falar ou permanecer em silêncio de acordo com códigos de conduta pré-estabelecidos. O estilo formal também pode ser empregado quando aquele que fala e o que ouve possuem status rigidamente definidos. Tais situações ocorrem em organizações burocráticas, entre pessoas de diferentes posições na hierarquia, ou no tribunal, na interação entre juiz e réu.

O estilo *frio* é uma variedade extrema do estilo formal, empregada entre aqueles que, embora requisitados simultaneamente a interagir, permanecem estranhos sociais. A típica interação em estilo frio ocorre entre pessoas separadas por uma barreira intransponível. A barreira pode ser de natureza material ou social, ou de ambas. Assim, pilotos se comunicam com a torre de controle com o mesmo estilo linguístico que prisioneiros de guerra usam com seus captores e que telefonistas utilizam com clientes enraivecidos. Em geral, os *accounts* frios são instruídos, memorizados ou escritos de antemão, e são aplicáveis a uma série de situações. Um prisioneiro de guerra, por exemplo, confirma nome, patente e número de identificação para todas as perguntas e, assim, submete os interrogadores à Convenção de Genebra; um piloto responde às perguntas anônimas da torre de controle sobre seu anômalo padrão de vôo com suave fluência de jargão técnico retirado de seu manual de vôo; uma telefonista não se altera com as furiosas exigências e acusações da pessoa que não consegue completar uma ligação e cita de cabeça as regras de conduta ao telefone para situações do tipo.

Em síntese, *accounts* se apresentam em uma variedade de idiomas. Espera-se que a forma de um *account* esteja socialmente adequada ao círculo em que é inserido, de acordo com as normas culturais, subculturais e situacionais. A aceitação ou não de um *account* dado depende em parte do quão apropriado é o idioma usado. O insucesso no emprego do estilo de linguagem apropriado em geral resulta no não acatamento do *account* ou na necessidade de novos *accounts*. Às vezes a situação requer *accounts* compostos, nos quais é demandado de um indivíduo que não alcançou a adequação idiomática em seu primeiro *account* não apenas que ele rerepresente um *account* pela ação imprópria original, mas também a dar um

novo, este para a linguagem inaceitável usada no primeiro. Notemos ainda que erros idiomáticos da parte da pessoa que apresenta o *account* provêm uma rara oportunidade para que o ouvinte não o acate ou puna o orador se assim o desejar. Assim, mesmo que o conteúdo do *account* seja uma desculpa ou uma justificação para o ato, alguém que deseje descreditar o interlocutor pode “passar-lhe uma rasteira”, trocando de assunto, do tema antes à mão para o formato do *account* dado. Situações típicas do que se expôs surgem quando pessoas de status inferior oferecem a superiores *accounts* por comportamentos supostamente inapropriados substancialmente aceitáveis, mas empregam uma forma idiomáticamente inaceitável ou condenável. Desse modo, crianças que justificam suas brigas na escola não apenas relatando que agiram em defesa própria, mas também, durante o processo, usando obscenidades, podem ser punidas por impropriedade de linguagem, mesmo que sejam perdoadas por seu desvio original<sup>27</sup>.

### Estratégias para evitar *accounts*

A vulnerabilidade de atores a perguntas envolvendo sua conduta varia de acordo com seu status e com a situação. Em ocasiões em que hierarquias de autoridade governam a situação social, uma posição institucionalizada pode eliminar a necessidade de um *account*, ou mesmo impedir o surgimento da questão. Oficiais militares estão, assim, protegidos da necessidade de apresentar *accounts* a seus subordinados. Em situações em que distância cultural e hierarquia se combinam – como no caso de donos de escravos face a face com seus novos escravos importados –, aqueles que gozam de status superior têm o privilégio de poder deixar subordinados em estado de perplexidade e medo<sup>28</sup>.

Além da invulnerabilidade proveniente do status e da posição dos atores, há estratégias que podem impedir o próprio anúncio de um *account*. Podemos nos referir a essas estratégias como *meta-accounts*. Três delas são notórias: *mistificação*, *encaminhamento* e *troca de identidade*<sup>29</sup>.

Quando a estratégia de *mistificação* é empregada, um ator admite que não atende às expectativas de outro, mas depois aponta que, apesar de haver razões para suas ações inesperadas,

27 Além dos cinco estilos linguísticos discutidos, é útil observar que *accounts* em geral se distinguem pelo modo como são expressos. Para uma tipologia irrefutável, consultar Pitenger *et alli* (1960, p. 255).

28 Outro tipo de invulnerabilidade surge em situações em que a presença física é equivalente à execução da tarefa. Estudantes em sala de aula, paroquianos em uma igreja e soldados em treinamento podem ser contados como “presentes” – sua simples visibilidade é tudo o que que requer para a atuação de rotina –, embora possam estar “longe”, no sentido vicário de sonhar acordado, meditar sobre problemas ou relaxar até entrar em devaneio.

29 Devemos tais termos, no contexto das estratégias para evitar *accounts*, a Gregory Stone.

ele não pode dizer quais são elas. Do modo mais simples, o ator diz: “É uma longa história”, e deixa assim. Tais *accounts* são mais provavelmente acatados quando as circunstâncias impedem a construção de um *account* elaborado, como quando estudantes encontram alguém ao acaso enquanto correm para chegar a tempo a uma aula agendada.

Versões mais complicadas de mistificação são aquelas que sugerem que o outro não tem consciência de certos fatos – fatos que são secretos – que, se conhecidos, explicariam a ação inapropriada. Essa é a reação típica de líderes carismáticos para com seus seguidores ou do especialista com seu assistente ingênuo. Assim, Jesus às vezes cria uma aura de mistério em torno de si para seus discípulos. O mesmo faz Sherlock Holmes com o Dr. Watson. Finalmente, como já mencionado, certos status sugerem mistificação: além de líderes carismáticos e especialistas em artes ocultas ou pouco compreendidas, há todos aqueles status caracterizados por informação técnica, incluindo (mas não se limitando a) médicos, advogados e espões.

Usando a estratégia de *encaminhamento*, o indivíduo diz: “Sei que não atendo a suas expectativas, mas, se você deseja saber por quê, por favor, consulte...”. O encaminhamento é uma estratégia típica de doentes e subordinados. A doença, especialmente a mental, permite ao doente encaminhar uma indagação sobre seu comportamento ao médico ou ao psiquiatra. Subordinados podem evitar um *account* designando um superior como a pessoa mais indicada para responder perguntas. Um exemplo especial de encaminhamento grupal surge quando se evita prestar *accounts* pelo comportamento de todo um povo enviando o inquiridor aos especialistas. Assim, delinquentes juvenis podem encaminhar indagações aos assistentes sociais, índios Hopi, aos antropólogos, e mães negras não casadas, ao relatório Moynihan.

Na *troca de identidades*, o eu indica ao outro que ele não está desempenhando o papel que o outro supunha. Este é um modo de dizer ao outro: “Você não sabe quem sou eu”. Essa técnica é prontamente obtenível, já que todos os indivíduos possuem uma multiplicidade de identidades. Considere o exemplo seguinte (LEWIS, 1961)<sup>30</sup>. Um trabalhador mexicano casado chega a sua casa depois de uma noite de prevaricação. Desconfiada, sua mulher pergunta: “Onde você esteve?” Ele responde: “Não é da sua conta. Você é uma esposa”. Aqui

30 Devemos a ilustração novamente a Gregory Stone.

o marido presume que não é tarefa de uma esposa intrometer-se nos assuntos do marido. Ela replica: “Que tipo de pai é você?”. O que a mulher faz aqui é sugerir que ela não é uma esposa, mas uma mãe – que está zelando pelo bem-estar de seus filhos. Diante disso, o marido responde: “Sou um homem – e você é uma mulher”. Em outras palavras, ele sugere, como homem que é, que há coisas que uma mulher simplesmente não entende. Percebemos neste exemplo que o status não apenas afeta o acatar ou não de *accounts*, mas também determina quem pode convocar um *account* e quem pode evitá-lo. Novamente, devemos apontar que as características normais de tal interação dependem de que os atores compartilhem um conjunto comum de expectativas prévias.

### **A negociação de identidades e *accounts***

Como sublinha nossa discussão sobre troca de identidade, os *accounts* sempre ocorrem entre pessoas investidas de papéis – entre marido e mulher, médico e paciente, professor e aluno etc. Uma estrutura normativa regula a natureza e tipos de comunicação entre os interagentes, incluindo se e de que modo *accounts* podem ser requeridos e dados, acatados ou descreditados.

*Accounts*, conforme sugerimos, pressupõem um orador e uma platéia identificáveis. Na maioria das vezes, as identidades particulares dos interagentes têm que ser estabelecidas como parte do encontro no qual o *account* é apresentado<sup>31</sup>. Em outras palavras, em situações sociais, as pessoas geram papéis identitários umas para as outras. Ao prestar contas, dar satisfação, uma pessoa distribui os papéis aos atores, conferindo a outro o privilégio de acatar um tipo particular de *account* (o tipo adequado ao papel identitário a ele concedido e por ele assumido ao menos durante o período do *account*). Assumir uma identidade é se travestir da roupa apropriada para que o *account* seja apresentado. O assumir de uma identidade e o “atribuir papéis” (WEINSTEIN e DEUTSCHBERGER, 1964, pp. 451-456) são pré-requisitos para a apresentação de *accounts*, já que as identidades assim estabelecidas por interação “configuram” o palco social sobre o qual o teatro do *account* está por ser representado.

31 Para uma excelente discussão sobre esse ponto de vista, e para uma análise criteriosa do conceito de identidade, ver Strauss (1959).

As identidades de orador e platéia serão negociadas como parte do encontro. Cada um dos interactantes tem um interesse nas negociações. O resultado do relacionamento vai depender dessas identidades pré-estabelecidas. Em situações competitivas ou de barganha<sup>32</sup>, cada interactante vai procurar maximizar os ganhos e minimizar as perdas, e parte da estratégia será assumir e aceitar identidades vantajosas e recusar os papéis desvantajosos para a situação. *Todo account é uma manifestação da negociação tácita de identidades*<sup>33</sup>.

A forma mais elementar de identificação é a do humano e seus semelhantes, negociada pelas percepções imediatas de estranhos que travam relações abruptas e involuntárias. Assim, quando dois objetos colidem no meio da rua e mutuamente se percebem humanos, uma expressão de pesar na forma de pedido de desculpa, ou de apresentações mútuas de desculpas, será suficiente. Pessoas desprovidas de percepção plena ou precisa – cegos, míopes ou pessoas vendadas – não estão em posição de averiguar imediatamente se o objeto em que colidiu é passível de receber um *account* e, portanto, se merece um pedido de desculpas. Elas sobrecompensam sua inabilidade de negociar imediatamente tais elementos identitários apresentando pedidos de desculpas indiscriminadamente a todos e tudo com que colidam – porteiros e porta, pedestres e placas. Por outro lado, seus erros de identificação são perdoados assim que sua deficiência é reconhecida.

Alguns objetos são definidos de forma ambígua com respeito a seu merecimento de *accounts*. Animais são um exemplo. A bichos de estimação domésticos, especialmente cães e gatos, são atribuídos valores humanos, o que os torna dignos de receber pedidos de desculpas e apresentações de desculpas quando são pisoteados pelos donos. Mas insetos e grandes animais – formigas e elefantes, por exemplo – não parecem ser normalmente qualificados para *accounts*, mesmo quando são pisoteados por humanos (ocidentais) descuidados.

No entanto, há exemplos em que a antropomorfose identitária humana é mais difícil de negociar do que a de um cachorro. É comum que minorias raciais em sociedades de casta insistam em não se valer da prioridade de suas identidades como “seres humanos” sobre a identificação como membros de um grupo racial<sup>34</sup>. De fato, o dilema na escolha do papel de um “ser humano negro” não é senão um exemplo de uma forma particular de

32 Ver a brilhante discussão de Schelling (1963, pp. 21-52).

33 Os termos “identidades” e “papéis” podem ser usados sinonimicamente, pois papéis são identidades mobilizadas em uma situação específica; enquanto o papel é sempre específico da situação, as identidades são transituacionais.

34 “Um desejo inconsciente de ser branco, conjugado a sentimentos de revolta contra as massas negras, pode produzir um padrão assimilacionista de comportamento em um nível puramente pessoal. Assimilacionismo é, nesse sentido, um meio de fuga, uma forma de escapar do ‘problema’. Ele envolve uma negação da identidade racial, que pode ser disfarçada com sentimentos como ‘Não sou um negro, mas um ser humano’ – como se as duas proposições fossem mutuamente excludentes. Tal negação é acompanhada de uma ausência artificial de consciência de raça e uma minoração das barreiras de casta. Minimizando a fronteira da cor, o assimilacionista perde o contato com as realidades da vida dos negros” (BONE, 1965, p. 4).

estratégia na negociação de identidades. A estratégia envolve a competição entre ego e alter sobre papéis particularistas versus universalistas de identidades. Em qualquer encontro com uma desavença potencial ou já desengatilhada, ou ainda em qualquer situação em que um *account* deve ser apresentado, a identidade particularista ou universalista dos interactantes pode ditar a maneira e o resultado do *account*. Cada participante vai se esforçar para obter a identidade mais vantajosa. Um psicanalista negro com bastante experiência na Europa e na África Setentrional demonstrou de que modo as formas de endereçamento – tanto consultivas quanto censuradamente casuais –, além do tom utilizado, são indícios para a identificação do paciente, feita pelo médico, como europeu ou negro (FANON, 1967, p. 32):

Vinte pacientes europeus, um depois do outro, entraram: “Por favor, sente-se... Por que o senhor deseja me consultar?” Aí vem um negro ou um árabe: “Senta aí, garoto...”

E, como indica o psicanalista, a identidade imputada ao paciente pode ser aceita ou rejeitada. Para rejeitar a identidade particularista em favor de uma universalista, o paciente negro pode contestar: “Não sou de modo algum seu garoto, senhor.” E as negociações por identidades recomçam ou acabam em discussão (p. 33).

Numa situação de *account*, há uma complicação adicional. Uma vez que as identidades tenham sido estabelecidas, e um *account*, apresentado, o indivíduo se compromete com uma identidade e, assim, aparentemente assume os ativos e passivos de seu papel enquanto durar o encontro. Se ele aceita a identidade em caráter permanente e imutável, entretanto, pode limitar o alcance dos *accounts* subsequentes. E, se desejar trocar o *account* para um mais apropriado para outra identidade, pode precisar apresentar um *account* também para essa mudança. Assim, em face de uma identidade particularista pejorativa, um negro pode reivindicar uma universalista positiva desprovida do conteúdo pejorativo daquela a ele imputada. Contudo, uma vez que essa nova identidade universalista tenha sido estabelecida, ele pode querer voltar para a particularista, caso ganhe, com isso, qualidades positivas definitivamente perdidas quando da aceitação impensada da identidade universalista<sup>35</sup>. Essa nova troca pode requerer um novo *account*.

35 Fanon (1967) nos dá um dos exemplos mais gráficos deste fenômeno. Para um tratamento socioliterário, ver Drake (1963, pp. 77-105).

A troca de identidades traz riscos retroativos, já que ela lança dúvidas sobre o vínculo que o reivindicante tinha com sua identidade anterior – e esse vínculo pode ter sido um elemento crucial na aceitabilidade de seu primeiro *account*. Por outro lado, o ouvinte do *account* pode ter um interesse investido ao aceitar toda a gama de *accounts* e pode, com isso, acomodar ou mesmo facilitar a mudança de identidades. Assim, o ouvinte pode “racionalizar” o compromisso anterior, ou reinterpretar seu significado, de modo que o orador possa ganhar *accounts* subsequentes (SCHELLING, p. 34). Outra estratégia possível para o ouvinte é atribuir papéis com o objetivo de facilitar ou frustrar um *account*. O fato de que indivíduos tenham múltiplas identidades os torna aptos a realizar mudanças estratégicas de identidade e vulneráveis a imputações involuntárias de identidade.

Na vida cotidiana, *accounts* acontecem em “etapas”<sup>36</sup>. Um *account* gera a pergunta que dá vida a outra; o novo *account* requer negociação de identidades; as identidades necessitam desculpas ou justificações, improvisação e atribuição de papéis; outro *account* é apresentado; outra pergunta surge, e assim por diante. A seguinte entrevista entre um assistente social soviético e sua usuária, uma jovem mulher, ilustra bem este fenômeno (MAKARENKO, 1967, pp. 230-232).

Uma garota de 19 anos entra no escritório do assistente social e senta-se, suspirando sonoramente. A entrevista começa com um comentário de *mistificação* que termina abruptamente quando a menina estabelece sua identidade – a de esposa abandonada.

“Por que você está suspirando tão tristemente?”, perguntei. “Você está com problemas?” Lyuba levantou sua cabecinha aprumada num rompante, suspirou suavemente e sorriu comovida.

“Não... não é grande coisa. Eu *estava* com problemas, mas agora já passou...”

“Passou, mas você ainda suspira?”, insisti. Lyuba teve um pequeno arrepio e olhou pra mim. Uma chama de interesse tinha saltado para dentro de seus sinceros olhos castanhos.

“Você quer que eu conte o que aconteceu?”

“Sim, por favor.”

“É uma longa história.”

“Não importa...”

“Meu marido me deixou.”

36 Para uma discussão sobre “etapas” de encontros, ver Strauss (1959, p. 44es).

A entrevista continua, com uma abordagem, adotada pelo assistente social, que deve ser vista como malsucedida. Ele determina que Lyuba ainda ama o marido imprevisível, perdeu a esperança nos homens, e não está disposta a seguir seu conselho de esquecer seu primeiro marido e se casar novamente. A esposa abandonada revela-se com uma identidade com a qual o assistente tem dificuldades de lidar. Ele tenta atribuir papéis da seguinte maneira.

“Diga-me, Lyuba, seus pais estão vivos?”

“Sim, estão. Papai e mamãe! Eles ainda me condenam por ter me casado.”

“Acertadamente.”

“Não. O que há de certo nisso?”

“Claro que estão certos. Você ainda é uma criança e já se casou e se divorciou.”

“Bem... e o que tem nisso? O que isso tem a ver com eles?”

“Você não mora com eles?”

“Tenho meu próprio quarto. Meu marido me deixou e foi morar com... E o quarto é meu agora. E ganho duzentos rublos. E não sou uma criança! Como você pode me chamar de criança?”

Notemos que pequenos pedaços de informação fornecem as pistas para a atribuição de papéis. O fato de que Lyuba conta voluntariamente sobre a desaprovação dos pais a respeito de seu primeiro casamento é razão para a reatribuição de papel – de esposa abandonada para o de criança – efetuada pelo assistente social. No entanto, essa nova identidade é rejeitada por Lyuba por meio de evidências adicionais: ela se sustenta e tem sua própria casa. O papel de criança foi mal atribuído e o assistente social desiste de redefinir o papel da moça. Ele relata: “Lyuba me olhou com surpresa e raiva, e então percebi que ela levava bastante a sério o jogo de sua vida”. Assim, a negociação por identidades – assim como nas transações financeiras – geralmente acaba com ambas as partes chegando a um acordo.

## Conclusão

O sociólogo tem se revelado lento para tomar como objeto sério de pesquisa aquele que é provavelmente o maior diferencial humano, a fala. Sugerimos aqui uma preocupação com

um tipo de fala: o estudo do que se constitui em “discursos aceitáveis” (CHOMSKY, 1965, p. 10) para uma ação imprópria. O estudo sociológico da comunicação relegou discursos linguísticos a linguistas e demarcou o comportamento não verbal como seu domínio exclusivo. Queremos dizer que é necessário um esforço maior para formular uma teoria que integre comportamentos verbal e não verbal<sup>37</sup>.

Talvez a tarefa mais imediata para a pesquisa nessa área seja especificar as expectativas prévias, que determinam o campo de *accounts* alternativos considerados apropriados pela cultura para várias situações recorrentes. Queremos saber como os atores reúnem pedaços de informação de palavras e aparências para produzir um estado de coisas notadamente normal (ou anormal). Esse tipo de questionamento envolve, sobretudo, um estudo das expectativas prévias<sup>38</sup>. Na base de tais investigações, o analista deve ser capaz de fornecer um conjunto de instruções sobre “como dar um *account*” que seja tomado por outros atores como “normal” (FRAKE, 1964, pp. 127-132). Essas instruções especificariam de que modo as diferentes categorias de status afetam o acatar de um *account*, e que categorias de status podem usar que tipos de *accounts*.

Uma futura pesquisa sobre *accounts* pode tomar por unidade de análise a *comunidade discursiva* (GUMPERZ, 1964; 1964b). Essa unidade é composta de agregados humanos em interação frequente e regular. Por meio de associação, coparticipantes de um corpo distinto de sinais verbais são destacados de outras comunidades discursivas. Com comunidade discursiva não nos referimos a comunidades idiomáticas, compostas de usuários de línguas diferentes. Tampouco nos referimos simplesmente às comunidades dialetais, compostas por pessoas que empregam uma linguagem falada comum que é uma variante verbal de uma linguagem escrita mais amplamente utilizada. As comunidades discursivas definem para seus membros as formas linguageiras apropriadas a serem usadas entre si. Tais comunidades estão localizadas na estrutura social de qualquer sociedade. Elas delimitam segmentos da sociedade e também distinguem diferentes tipos de atividades. Assim, a linguagem cotidiana das gangues de adolescentes de classe baixa se difere radicalmente da dos assistentes sociais que os entrevistaram, e a linguagem com que um professor de ciências demonstra aos alunos como combinar hidrogênio e oxigênio para produzir

37 A defesa mais persuasiva de tal necessidade que conhecemos é feita por Pike (1954). Uma apresentação breve, claramente programática, pode ser encontrada no texto de Hymes (1962, pp. 72-85). Para um argumento que enfatiza a separação analítica entre conteúdo e forma da fala, ver a curta mas lúcida apresentação de Erving Goffman (1964, pp. 133-136).

38 Para a metodologia de tais estudos, os sociólogos devem investigar a técnica antropológica de análise de componentes (isto é, o estudo de conjuntos de contraste). A apresentação mais clara sobre este método é a de Charles O. Frake (1962, pp. 72-85). Uma metodologia afim é desenvolvida por Sacks (1966).

água difere da linguagem empregada pelo mesmo professor para contar ao filho de 6 anos como os bebês são gerados. Os tipos de *accounts* apropriados a cada comunidade discursiva se diferenciam na forma e no conteúdo. O uso de normas particulares de um discurso ao dar um *account* tem consequências para o orador, dependendo do relacionamento entre a forma usada e a comunidade discursiva na qual é introduzido.

Um único indivíduo pode pertencer a várias comunidades discursivas ao mesmo tempo ou ao longo da vida. Alguns mecanismos languageiros (como a gíria de adolescentes, por exemplo) são apropriados somente para grupos de certas idades e são descartados conforme se passa a integrar outra agrupação etária; outros, como, por exemplo, as formas languageiras usadas por advogados na presença de juízes, são apropriados para determinadas configurações de status e são consecutivamente empregados e descartados conforme o indivíduo entra e sai de interações com seus diferentes parceiros de status. Alguns indivíduos são habitantes de uma única comunidade discursiva. Movimentam-se em círculos onde todos empregam as mesmas formas verbais. Os membros idosos e fracos de classe ou guetos étnicos são um exemplo evidente. Outros indivíduos se movimentam constantemente por várias comunidades discursivas, empregando habilmente formas da língua adequadas ao tempo e ao lugar que ocupam. Um exemplo são os assistentes sociais que encaram delinquentes juvenis, colegas de trabalho, advogados, juízes, suas mulheres e filhos – todos no mesmo dia.

Para concluir, podemos notar que, já que é em relação ao comportamento desviante que demandamos *accounts*, o estudo do desvio e o estudo de *accounts* estão intrinsecamente ligados, e um esclarecimento de *accounts* constituirá um esclarecimento dos fenômenos de desvio – ao ponto de o desvio ser tomado em de uma moldura interactancial (BECKER, 1963, pp. 1-18).

## Referências

- ADORNO, Theodor W. *et alli.* (1950), *The Authoritarian Personality*. Nova York, Harper and Row.
- ALLPORT, Gordon W. (1958), *The Nature of Prejudice*. Garden City, Doubleday Anchor.
- AUBERT, Vilhelm [e] MESSINGER, Sheldon L. (1958), “The Criminal and the Sick”. *Inquiry*, no 1-4, Vol. I, Outono, 1958.
- AUSTIN, John L. (1961), *Philosophical Papers*. Londres, Oxford University Press.
- BECKER, Ernest. (1964), *The Revolution in Psychiatry*. Nova York, The Free Press of Glencoe.
- \_\_\_\_\_. (1964b), “Mills’ Social Psychology and the Great Historical Convergence on the Problem of Alienation”. Em: HOROWITZ, Irving L. *The New Sociology*. Nova York, Oxford University Press.
- BECKER, Howard S. (1963), *Outsiders*. Nova York, The Free Press of Glencoe.
- BERGER, Peter L. (1963), *Invitation to Sociology*, Garden City, Doubleday Anchor.
- BONE, Robert A. (1965), *The Negro Novel in America*. New Haven, Yale University Press.
- CAVAN, Sherri. (1966), *Liquor License*. Chicago, Aldine Press.
- CAYTON, Horace R. (1951), “The Psychology of the Negro Under Discrimination”. Em: ROSE, Arnold (Org.). *Race Prejudice and Discrimination*. Nova York, Alfred Knopf.
- CHOMSKY, Noam. (1965), *Aspects of a Theory of Syntax*. Cambridge, MIT Press.
- CORSINI, Raymond J. (1959), “Appearance and Criminality”. *American Journal of Sociology*, Vol. 65 (Julho, 1959).

- DE HOYOS, Arturo [e] DE HOYOS, Genevieve. (1966), "The Amigo System and Alienation of the Wife in the Conjugal Mexican Family". Em: FARBER, Bernard (org.). Kinship and Family Organization. Nova York, Wiley.
- DRAKE, St. Clair. (1963), "Hide My Face? - On Pan-Africanism and Negritude". Em: HILL, Herbert (Org.). Soon One Morning. Nova York, Alfred Knopf.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. (1937), Witchcraft, Oracles and Magic among the Azande. Londres, Oxford University Press.
- FANON, Frantz. (1967), Black Skin, White Masks. Nova York, Grove Press.
- FOOTE WHYTE, William. (1943), "A Slum Sex Code". American Journal of Sociology, Vol. 49 (Julho, 1943).
- FRAKE, Charles O. (1962), "The Ethnographic Study of Cognitive Systems". Em: GLADWIN, Thomas [e] STURTEVANT, William C. (Orgs.). Anthropology and Human Behavior. Washington, Anthropological Society of Washington.
- \_\_\_\_\_. (1964), "How to Ask for a Drink in Subanun". GUMPERZ, John [e] HYMES, Dell. The Ethnography of Communications, American Anthropologist, Vol. 66, Dezembro, 1964.
- GANS, Herbert J. (1962), The Urban Villagers. Nova York, The Free Press.
- GARFINKEL, Harold. (1962), "Common Sense Knowledge or Social Structures". Em: SCHER, Jordon M. (Org.). Theories of the Mind. Glencoe, The Free Press.
- \_\_\_\_\_. (1963), "A Conception of and Experiments with 'Trust' as a Condition of Concerted Action". Em: HARVEY, O. J. (Org). Motivation and Social Interaction. Nova York. Ronald Press.
- \_\_\_\_\_. (1964), "Studies of the Routine Grounds of Everyday Activities". Social Problems, Vol. 2, Inverno, 1964.
- \_\_\_\_\_. (1968), Studies in Ethnometodology. Englewood Cliffs (Nova Jersey), Prentice-Hall.

- KITSUSE, John I. (1964), "Societal Reaction to Deviant Behavior". Em: BECKER, Howard S. *The Other Side*. Nova York, The Free Press of Glencoe.
- GOFFMAN, Erving. (1956), *Presentation of Self in Everyday Life*. Edinburgh, University of Edinburgh.
- \_\_\_\_\_. (1961a), *Asylums*. Garden City, Doubleday Anchor.
- \_\_\_\_\_. (1961b), *Encounters*. Indianapolis, Bobbs-Merrill.
- \_\_\_\_\_. (1963), *Behavior in Public Places*. Nova York, The Free Press of Glencoe.
- \_\_\_\_\_. (1964), "The Neglected Situation". Em: GUMPERZ, John [e] HYMES, Dell. *The Ethnography of Communications*. *American Anthropologist*, Vol. 66, Dezembro, 1964.
- GOODE, William J. (1963), *World Revolution and Family Pattern*. Nova York, The Free Press of Glencoe.
- GUMPERZ, John J. (1964), "Speech Variation and the Study of Indian Civilization". Em: HYMES, Dell (Org.). *Language in Culture and Society*. Nova York. Harper and Row.
- \_\_\_\_\_. (1964), "Linguistic and Social Interaction in Two Communities". *The Ethnography of Communications*, *American Anthropologist*, Vol. 66, Dezembro, 1964.
- HALL, Edward T. (1966), *The Hidden Dimension*. Garden City, Doubleday.
- HART, H. L. (1960), "The Ascription of Responsibility and Rights". Em: FLEW, Antony. *Logic and language (First Series)*. Oxford, Basil Blackwell.
- HERTZLER, Joyce O. (1965), *A Sociology of Language*. Nova York, Random House.
- HYMES, Dell. (1962), "The Ethnography of Speaking". Em: GLADWIN, Thomas [e] STURTEVANT, William C. (Orgs.). *Anthropology and Human Behavior*. Washington, Anthropological Society of Washington.

- JOOS, Martin. (1961), *The Five Clocks*. Nova York, Harbinger Books.
- KARON, Bertram P. (1958), *The Negro Personality*. Nova York, Springer.
- LEWIS, Oscar. (1961), *The Children of Sanchez*. Nova York, Random House.
- MAKARENKO, A. S. (1967), *The Collective Family*. Garden City, Doubleday Anchor.
- MATZA, David. (1964), *Delinquency and Drift*. Nova York, Wiley.
- MERTON, Robert K. (1962), "Bureaucratic Structure and Personality". Em: ETZIONI, Amitai. *Complex Organizations*. New York, Holt, Rinehart and Winston.
- SCHUTZ, Alfred. (1962), *Collected Papers* (Org. Maurice Natanson), Vol. I. Haia, Martinus Nijhoff.
- PARSONS, Talcott. (1949), *The Structure of Social Action*. Glencoe, The Free Press.
- \_\_\_\_\_. (1951), *The Social System*. Glencoe: The Free Press.
- \_\_\_\_\_. (1954), "A Revised Analytical Approach to the Theory of Social Stratification". Em: *Essays in Sociological Theory*. Glencoe: The Free Press.
- PETER, R. S. (1958), *The Concept of Motivation*. Londres: Routledge and Kegan Paul.
- PIKE, Kenneth L. (1954), *Language in Relation to a Unified Theory of the Structure of Human Behavior*. Glendale, Summer Institute of Linguistics.
- PITENGER, Robert E. *et alli*. (1960), *The First Five Minutes*. Ithaca, Paul Martineau.
- REISS JR., Albert J. (1964), "The Social Integration of Queers and Peers". Em: BECKER, Howard S. *The Other Side*. Nova York, The Free Press of Glencoe.

- SACKS, Harvey. (1966), *The Search for Help*. Tese (doutorado). University of California, Berkeley.
- SCHEFF, Thomas. (1966), *Being Mentally Ill*. Chicago, Aldine Press.
- SECHEHAYE, Marguerite. (1951), *Autobiography of a Schizophrenic Girl*. Nova York, Grune and Stratton.
- SCHELLING, Thomas C. (1963), *The Strategy of Conflict*. Nova York, Galaxy Books.
- SELDEN, John. (1966), *Table Talk*. Citado por: JOHNSON, Harry. (1960), *Sociology*. Nova York, Harcourt, Brace and Co.
- SOSKIN, William [e] JOHN, Vera. (1963), "The Study of Spontaneous Talk". Em: BAKER, Roger. *The Stream of Behavior* (org.). Nova York, Appleton-Century-Crofts.
- STRAUSS, Anselm L. (1959), *Mirrors and Masks*. Glencoe: The Free Press.
- SYKES, Gresham M. [e] MATZA, David. (1957), "Techniques of Neutralization". *American Sociological Review*, Vol. 22, Dezembro, 1957.
- TOBY, Jackson. (1952), "Some Variables in Role Conflict Analysis". *Social Forces*, Vol. 30, Março, 1952.
- WEBER, Max. (1947), *Theory of the Social and Economic Organization*. Traduzido por Talcott Parsons e A. M. Hendersen. Glencoe: The Free Press.
- WEINSTEIN, Eugene A. [e] DEUTSCHBERGER, Paul. (1964), "Tasks, Bargains, and Identities in Social Interaction". *Social Forces*, Vol. 42, Maio, 1964.
- WEISS, Peter. (1967), *The Investigation*. Nova York, Atheneum Books.
- WESTWOOD, Gordon. (1960), *A Minority*. Londres, Longmans, Green and Co.

WRIGHT MILLS, Charles. "Situating Action and the Vocabulary of Motives". *American Sociological Review*. Vol. 6, Dezembro, 1940.

YARROW, Marion Radke *et alli*. (1967), "The Psychological Meaning of Mental Illness in the Family". Em: SCHEFF, Thomas J. *Mental Illness and Social Process*. Nova York, Harper and Row.